



**Adriana Alves dos Santos Cruz**

**A discriminação racial contra  
afrodescendentes no Brasil e o impacto  
sobre a democracia: um olhar sobre a  
atuação da Justiça Federal de Segunda  
Instância**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-  
Graduação em Direito da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Carlos Alberto Plastino

Rio de Janeiro

Maio de 2010



**Adriana Alves dos Santos Cruz**

**A discriminação racial contra  
afrodescendentes no Brasil e o impacto  
sobre a democracia: um olhar sobre a  
atuação da Justiça Federal de Segunda  
Instância**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Direito do Departamento de Direito da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Carlos Alberto Plastino Esteban**  
Orientador  
Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Gisele Guimarães Cittadino**  
Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof. Marcelo Jorge de Paula Paixão**  
UFRJ

**Prof<sup>a</sup>. Mônica Herz**  
Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de  
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2010.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

**Adriana Alves dos Santos Cruz**

Graduada em Direito pela UFRJ. Juíza Federal

Ficha Catalográfica

Cruz, Adriana Alves dos Santos

A discriminação racial contra afrodescendentes no Brasil e o impacto sobre a democracia: um olhar sobre a atuação da Justiça Federal de Segunda Instância / Adriana Alves dos Santos Cruz ; orientador: Carlos Alberto Plastino Esteban, 2010.

236 f. ; 30 cm

1. Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito.

Inclui bibliografia

1. Direito – Teses. 2. Discriminação racial. 3. Preconceito. 4. Raça. 5. Subjetividade. 6. Democracia. 7. Poder judiciário. I. Esteban, Carlos Alberto Plastino. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

Aos meus amados Jorginho, Julia, Marta e  
Layla. Por um amanhã bem melhor para vocês.

## Agradecimentos

Alimentar a inquietação, a busca pelo saber, pelo novo, o jamais se acomodar. A indignação produtiva. São lições aprendidas em casa e renovadas pelos diversos encontros com os quais a vida tem me brindado em cada curva do caminho. Se é verdade que o sujeito se constitui na relação com o outro, me sinto, privilegiadamente, a prova viva disso, pois tributo todas as minhas conquistas às pessoas maravilhosas com quem tenho convivido nessa minha trajetória terrena. Palavras são insuficientes, mas com elas devo me contentar, para agradecer o apoio de tantas pessoas que tornaram este trabalho possível. À PUC-Rio, pela oportunidade e apoio. Ao meu estimado Orientador, Professor Carlos Alberto Plastino, pela confiança, estímulo, paciência e compreensão em cada momento. Às Professoras Gisele Cittadino e Marcia Nina Bernardes agradeço a disponibilidade e atenção. Sempre gentis, demonstram no dia-a-dia a generosidade que marca aqueles que vivem de compartilhar o saber. A intensa interlocução com meus onze companheiros de curso foi fundamental para que eu chegasse a este ponto. Agradeço, em especial, aos amigos Erico Araújo Bastos, Carolina Ribeiro Santana, Marina Basso Lacerda e Joanna Vieira Noronha, pelas longas conversas, densos debates, sugestões, críticas e, acima de tudo, pelo companheirismo. Jamais teria conseguido conciliar as atividades profissionais e acadêmicas sem o apoio incondicional de toda equipe da Vara Federal de Colatina, no Espírito Santo, pelo que registro meu profundo agradecimento. Aos meus familiares agradeço o suporte que me mantém, a confiança que me faz caminhar e o amor que me fortalece. Aos meus irmãos Eliana, Paulo Vicente e Bárbara e à minha cunhada Érika, só posso bendizer aos céus por tê-los comigo. Ao meu pai Eloá, muito obrigada por me ensinar a importância do conhecimento e o valor da dignidade. À minha mãe Lina (*in memoriam*), obrigada por me ensinar a lutar.

## Resumo

Cruz, Adriana Alves dos Santos; Plastino, Carlos Alberto. **A discriminação racial contra afrodescendentes no Brasil e o impacto sobre a democracia: um olhar sobre a atuação da Justiça Federal de Segunda Instância.** Rio de Janeiro, 2010. 236p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Considerando o reconhecimento da existência de “raças” como uma construção social e o peso dessa variante na determinação de desigualdades que recaem negativamente sobre a população afrodescendente no Brasil, o estudo busca analisar o impacto do racismo sobre a democracia, tomada esta não apenas como regime político, mas como uma forma de relação do Estado com os cidadãos e destes entre si, conforme o quadro teórico proposto por Guillermo O'Donnell. É estabelecido que a densa capilaridade da lei nessas relações é essencial para um maior nível de democratização e pressupõe instituições capazes de garantir efetividade à dimensão legal do Estado. Com base nas reflexões de Antonio Negri e Giuseppe Cocco, é problematizada a lei a imperar, considerada a forma como foi estruturado o Estado na América Latina, e no Brasil em particular, a qual obliterou o espaço para uma subjetividade que se potencialize coletivamente. É afirmado que um caminho de maior emancipação deve ser fruto de um processo em que haja a proeminência da subjetividade. Aplicada a lei como fruto imanente das forças sociais, sua aplicação intermitente, ou o hiato em sua aplicação, há de ser tida como vilipêndio à democracia. Sob essa perspectiva, lança-se o olhar sobre a Justiça Federal de Segunda Instância na aplicação das normas antidiscriminatórias relativamente aos afrodescendentes, para, a partir da identificação dos pontos de tensão contidos nas demandas e das soluções apresentadas à sociedade, verificar em concreto uma face do Estado na resposta a um fator que substantivamente afeta negativamente a democracia.

## Palavras-chave

Discriminação racial; preconceito; raça; subjetividade; Democracia; Poder Judiciário.

## Abstract

Cruz, Adriana Alves dos Santos; Plastino, Carlos Alberto (Advisor). **Racial discrimination against African descendants in Brazil and the impact on democracy: a look at the performance of Federal Courts of Appeals.** Rio de Janeiro, 2010. 236p. MSc. Dissertation – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Considering the recognition of the existence of "races" as a social construction and the weight of this variant in determining inequalities that fall negatively on the population of African descent in Brazil, this study assesses the impact of racism on democracy, regarded not only as a political regime but as a form of relation of citizens between themselves and the State, according to the theoretical framework proposed by Guillermo O'Donnell. It is established that the dense capillarity of the law in these relations is essential to a higher level of democratization and requires effective institutions capable of ensuring the effectiveness of the legal dimension of the state. Based on the reflections of Antonio Negri and Giuseppe Cocco, the prevailing law is questioned, considering the way the State was structured in Latin America, and particularly in Brazil, which obliterated the space for a subjectivity that is collectively leveraged. It is claimed that a path of greater emancipation must be the fruit of a process in which there is the prominence of subjectivity. The law applied as a result of immanent social forces, its intermittent application or the absence of its application, shall be regarded as contempt for democracy. From this perspective, the Federal Court of Appeal's implementation of antidiscrimination norms for African descendant is analyzed, in order to verify a side of the State responding to a factor that negatively influences democracy, from the identification of areas of tension within demands and in the solutions presented to society.

## Keywords

Racial discrimination; prejudice; race; subjectiveness; democracy; Judiciary.

## Sumário

1.	Introdução	12
2.	Discriminação Racial no Brasil	21
2.1.	O Conceito de Raça	21
2.2.	A discriminação racial no Brasil	41
3.	Democracia e Racismo	55
3.1.	Democracia – critérios analíticos	57
3.1.1.	Democracia – a dimensão legal do Estado e a intermitência da lei	72
3.1.2.	A Subjetividade no entretempo	80
3.2.	A cidadania, o racismo e sua dimensão excludente	90
3.2.1.	A cidadania	90
3.2.2.	O racismo e sua dimensão excludente	97
4.	Os mecanismos de contenção da subjetividade e a atuação do Poder Judiciário no entretempo – um olhar sobre a Justiça Federal de Segunda Instância na aplicação das normas antidiscriminatórias contra afrodescendentes	103
4.1.	A contenção pela transcendência	107
4.2.	Os julgados – a seleção	116
4.3.	Os julgados captados – o que se julgou	125
5.	Conclusão	140
6.	Referências bibliográficas	151
7.	Apêndice	157



**Lista de Tabelas**

Tabela 1: Total de casos por assunto	155
Tabela 2: Resumo de Resultados	156
Tabela 3: Resumo de casos	157

## Lista de siglas

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ADI – Ação direta de inconstitucionalidade

ADPF – Ação de descumprimento de preceito fundamental

CJF – Conselho da Justiça Federal

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

DATASUS – Banco de dados do Sistema Único de Saúde

DIEESE – Departamento Intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de pesquisa econômica aplicada

PME/IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD – Pesquisa nacional por amostragem de domicílio

SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde

STF – Supremo Tribunal Federal

TRF – Tribunal Regional Federal

UNESCO – sigla em inglês para Organização das Nações Unidas para educação, ciência e cultura

*Ela está no horizonte – diz Fernando Birri. – Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar. (Eduardo Galeano. Janela sobre a Utopia. In As palavras Andantes. p. 310)*

*Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara. José Saramago- (Ensaio sobre a Cegueira)*